

A REPRESENTAÇÃO DE UMA HISTÓRIA: CRONISTAS PENINSULARES DA BAIXA IDADE MÉDIA

Rodrigo Barbosa Schiavinato¹

Resumo: O seguinte trabalho pretende analisar, na baixa idade média, as crônicas dos ibéricos Pero Lopez de Ayala e Fernão Lopes para verificar as categorias da História escrita que empreenderam, apontando particularidades em seus respectivos escritos que indiquem o que era a História ou crônica para estes escritores, mas sem deixar de analisar a tradição cultural do meio cortês. Na Península Ibérica as crônicas produzidas visavam registrar através da escrita os grandes feitos e os grandes exemplos. Particularmente nas obras dos cronistas aqui analisados, estas atuaram a serviço da dinastia a qual estavam os escritores inseridos, pois mesmo estes “homens de saber”, ao estabelecerem compromissos com a “verdade”, empreenderam uma construção histórica em que as categorias de análise obedeciam ao padrão cultural vigente.

Palavras-chave: crônicas medievais; baixa idade-média; Península Ibérica medieval; historiografia medieval.

O período analisado neste artigo compreende os séculos XIV e XV na Península Ibérica, especificamente nos reinos de Portugal e Castela, espaço em que floresceu uma tradição cronística peculiar, uma maneira particular na escrita da História, concretizada nos escritos de Pero Lopez de Ayala em Castela no século XIV e Fernão Lopes em Portugal no século XV. Nossa problemática abarcará os escritos destes cronistas, que constituem uma fonte narrativa, e a concepção empreendida por ambos acerca da História escrita que fizeram, analisando como, porque e para quem suas obras foram produzidas, assim como o círculo cultural e político em que estes historiógrafos estavam inseridos. Nosso objetivo neste artigo consistirá na análise do modo como Lopes, assim como Ayala, articularam suas Histórias, a concepção que ambos os cronistas possuíam daquilo que escreveram. Ou seja, o que era a História para estes escritores que seguiram uma mesma tradição de um gênero que assumiu feições particulares nos reinos de Portugal e Castela.

Segundo José Mattoso, o primeiro preceito para se analisar uma fonte narrativa está no diálogo e na ultrapassagem entre as particularidades históricas dos personagens abarcados e os conceitos gerais utilizados nas obras. Uma fonte narrativa consistirá

¹ Mestrando em História pela UFPR, na linha de pesquisa “Cultura e Poder”, integrante do grupo de pesquisa NEMED (Núcleo de Estudos Mediterrânicos); Orientando da Professora Doutora Marcella Lopes Guimarães; Bolsista da Capes.

sempre em uma construção. Portanto, analisar princípios universais pode ajudar na compreensão do autor e do grupo social e cultural a que pertence. Mattoso enuncia que para se analisar as condições de produção destes documentos, é preciso estabelecer a finalidade que levou o autor a escrever e as idéias e os processos mentais que o mesmo utilizou para alcançar seus objetivos. Dentre estas idéias, necessário se faz procurar diferenciar aquelas pertencentes ao meio cultural do autor, ao qual estará representado o público a quem a obra é destinada, e aquelas pertencentes ao seu próprio pensamento.²

Para João Gouveia Monteiro, a fonte narrativa deve ser abarcada primeiramente pelas análises do contexto político, incluindo as relações de poder e a tradição cultural em que o escritor está inserido.³ O caminho seguinte consiste em construir uma biografia do autor analisado que contenha dados de sua vida e da evolução de sua carreira, assim como problematizar sua formação cultural e intelectual, analisar a composição e estruturação da obra e tentar verificar seus processos de trabalho e de produção. No tocante ao contexto do autor, Gouveia Monteiro ressalta que caso o trabalho de análise de seu meio cultural esteja impossibilitado devido à escassez documental, resta procurar na própria obra indícios que possam ajudar a caracterizar a mesma.⁴

Para entender a obra de um historiógrafo medieval, na colocação de Bernard Guenée, é preciso primeiro situá-la em uma cultura, definir o seu público e o patrono que financiou ou coagiu os escritos. Analisar uma fonte narrativa exige a síntese entre um meio cultural, o autor, seu padrão e seu público. Guenée ainda aponta de maneira geral quais eram os métodos dos escritores de História no medievo e suas fontes. Os prólogos das obras indicavam geralmente o caminho que seria seguido. Em relação aos conteúdos, apenas eram retratados os fatos dignos de memória (os prodígios, as guerras e os feitos de príncipes e santos), a História era um instrumento de memória. Outra preocupação da História escrita desta época estava relacionada aos exemplos, de modo que um dos objetivos do historiador era resgatar do esquecimento os “heróis”, cujo modelo deveria ser seguido, e os “vilões”, sinônimos de anti-modelo.⁵

² MATTOSO, José. *A Escrita da História: Teoria e Métodos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 115-120.

³ MONTEIRO, João Gouveia. *Fernão Lopes: texto e contexto*. Coimbra: Editora Minerva-história, 1988, p. 23.

⁴ Idem. p. 71-74.

⁵ GUENÉE, Bernard. História. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval: Volume 1*. Trad: Lênia Márcia Mongelli. São Paulo: Edusc, 2002, p. 526-527.

O contexto político tardo-medieval da cristandade caracterizou-se por princípios conjunturais comuns, como o caminho da centralização política com o nascimento das monarquias e a afirmação do dinheiro enquanto nova linguagem de poder. Segundo Gouveia Monteiro, de 1300 a 1450, a cristandade passou por “convulsões”, como alta de preços, diminuição da produção, fome e desemprego. Boa parte destes flagelos obteve na Peste um fator de influência direta. No campo da diplomacia (ou da insuficiência dela), a Guerra dos Cem Anos⁶ dividiu politicamente a região em dois blocos, estes encabeçados pelos reinos da Inglaterra e da França. O conflito foi somado ao agravo da imprecisão de linhas de fronteira e das dificuldades de comunicação próprias da época. O período também se caracterizou pela substituição da suserania pela soberania e da mudança de pagamento das tradicionais corvéias para os contratos de arrendamentos. No campo institucional, o século XIV assistiu a embates entre modelos de supremacia régia e papal provocados pelo aumento de poder dos reis, estes que não mais tolerariam a influência eclesiástica em assuntos temporais. Foi período das igrejas “nacionais” e do Grande Cisma do Ocidente,⁷ divisão da Igreja que durou de 1378 a 1417.⁸

Os reinos peninsulares de Portugal, Castela, Aragão e Navarra estavam introduzidos a um contexto mais amplo de Guerra dos Cem Anos, conflito contemporâneo aos cronistas Pero Lopez de Ayala e Fernão Lopes e que influenciou consideravelmente seus escritos. O reino de Castela entrou no conflito em 1353, após o casamento do rei Pedro I, o *Cruel* (1350 – 1369),⁹ com Branca de Bourbon, em tomada de posição a favor do “partido” francês. Segundo Cristina Pimenta, este laço matrimonial foi o ponto de partida dos conflitos entre Castela e o reino vizinho de Aragão, governado pelo rei D. Pedro IV, o *Cerimonioso* (1336 – 1387). Internamente, Castela viveu os conflitos entre Pedro I e Henrique Trastâmara (apoiado pela França)

⁶FERNANDES, Fátima Regina. *Considerações sobre o poder régio e a nobreza na Baixa Idade Média portuguesa*. Curitiba: Revista da SBPH, nº 23, 2002, p. 20. “[...] a Guerra dos Cem Anos [...] divide a Europa Ocidental em dois grandes blocos, franco-castelhano e inglês”. - GRZYBOWSKI, Lukas Gabriel. *A imagem do rei nas crônicas de Fernão Lopes*. Assis: Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP, 2006, p. 04. “[...] No espaço ibérico as conseqüências do conflito se mostram através das guerras em Castela e, mais adiante, as guerras lusocastelhanas, três ocorridas durante o reinado de D. Fernando. Essas guerras tiveram origem a partir da morte de Pedro, o Cruel, assassinado, por Henrique Trastâmara, um bastardo que ascende ao trono.”

⁷ GRZYBOWSKI, Lukas Gabriel. Op. Cit. p. 04. “O cisma do ocidente, período em que a Sé se dividia entre dois partidos, um situado em Roma e apoiado pelos ingleses e um situado em Avinhão, apoiado pelos franceses, ocorre durante a guerra dos Cem Anos, iniciando-se no ano de 1378 e durando até 1417”.

⁸ MONTEIRO, João Gouveia. Op. Cit. p. 23-28.

⁹ As datas entre parênteses significam o tempo de reinado.

pelo poder. Em 1363, os reinos de Castela e Aragão estabeleceram um acordo de paz em Murviedro selado por laços matrimoniais. Nesta configuração, Castela atendia aos interesses ingleses enquanto que Aragão aos interesses franceses. Quanto ao reino de Portugal, do rei D. Pedro I, o *Cru* (1357 – 1367), o direcionamento político era de não envolvimento, de neutralidade em relação a estes conflitos, pois inevitavelmente uma tomada de posição colocaria Portugal na Guerra dos Cem Anos. O apoio francês à Aragão e a Henrique Trastâmara pôs fim ao conflito do reino vizinho a Portugal e destituiu¹⁰ Pedro I de Castela do poder em 1369, ano em que D. Fernando (1367 – 1383) estava à frente do trono português, reino que a esta altura havia entrado no conflito, apoiado pelos ingleses e a favor de Pedro I de Castela, em clara intenção de barrar a influência do reino da França na região.¹¹ Conforme a conjuntura da Guerra dos Cem Anos, Portugal ora se aliava ao bloco Inglaterra/Roma, ora ao bloco Castela/França. No reinado de D. Fernando, Portugal se envolveu em três guerras contra o reino de Castela ocorridos nos anos de 1369/1370, 1372/1373 e 1381/1382. Pero Lopez de Ayala foi contemporâneo a estes conflitos entre Portugal e Castela durante a regência de D. Fernando. Enquanto o cronista castelhano viveu estas guerras, Fernão Lopes apenas as sentiu pela documentação guardada nos arquivos.

No campo cultural, o baixo medievo caracterizou-se pela formação de uma audiência letrada que freqüentava a corte. “Bem nascidos” que constituiriam o principal público das crônicas. O público cortesão estava voltado para uma literatura aventureira e romanesca que exprimia ideais de conduta e valorizava a moral cavaleiresca. Segundo Bernard Guenée, a História praticada nas cortes oscilava entre a poesia e a verdade, enquanto que os relatos sobre “o que realmente aconteceu” estavam mais próximos da literatura do que da erudição. A autoridade de autores antigos contava muito, assim como textos oficializados por reis ou príncipes também possuíam certo grau de legitimidade, pois a aprovação de uma autoridade reconhecida delegava certo caráter de autenticidade ao texto. A verdade histórica estava relacionada à autoridade. Para Bernard Guenée, o passado se reuniu a um só modelo, que se chamou História ou crônica, gênero este que nasceu da particularidade medieval de ligação entre História e

¹⁰ GOMES, Rita Costa. *D. Fernando*. Editora: Temas e Debates, 2009, p. 85-87. “[...] em Março de 1369 o último acto da vida de Pedro de Castela. O rei foi assassinado pela própria mão do odiado irmão e rival, Henrique. [...] da guerra civil castelhana, não havia propriamente uma divisão geográfica clara [...] entre regiões dominadas por petristas e trastamaristas. Mesmo dentro das comunidades urbanas se degladiavam facções opostas, num conflito que se declinava também à escala local”.

¹¹ PIMENTA, Cristina. *D. Pedro I*. Editora: Temas e Debates, 2007, p. 203-209.

tempo. No final do século XIII os acontecimentos datados em relação ao nascimento de Cristo passaram a serem sistematizados.¹² O nome “crônica”, portanto, deveu-se ao fato de os escritores ordenarem os acontecimentos cronologicamente. Porém, apesar do apurado compromisso com a “verdade”, o critério de averiguação dos fatos, de modo geral, eram falíveis, em vista que os critérios de uma verdade objetiva estavam na maior parte das vezes subordinados aos meios sociais e culturais a que os cronistas pertenciam.¹³

O historiador medieval não era proprietário do que escrevia. O historiógrafo, o escritor de crônicas, o compilador, o ordenador dos fatos, estava sempre subordinado ao senhor que encomendava e financiava a obra, este o verdadeiro proprietário dos escritos, que na maioria das vezes queria utilizar a História para reforçar politicamente a posição de sua casa senhorial ou de seu grupo. Independente das particularidades de cada escritor, o proprietário das narrativas poderia substituir o cronista e mesmo assim o sucessor continuaria a obra anterior, muitas vezes dando continuidade ao estilo do escritor substituído. Portanto, as obras não pertenciam aos escritores, mas sim aos senhores, fato que nos leva a desconsiderar o plágio neste período, pois era legítimo utilizar os trabalhos realizados anteriormente.¹⁴

Os cronistas aqui analisados inseriam-se em uma tradição que remontava à corte do rei castelhano Afonso X, o *Sábio* (1252 - 1284). Ao contrário dos cronistas franceses que ordenavam os fatos de forma cronológica escrevendo sobre temáticas relacionadas ao meio a que pertenciam (meio palaciano na maioria das vezes), na tradição ibérica floresceu uma escola histórica. Afonso X ordenou a produção da “História Geral da Espanha” para obter no passado formas de tentar compreender o presente. Segundo Antonio José Saraiva, esta escola histórica castelhana diferenciava-se por analisar o coletivo (de Castela), ao invés dos feitos grandiosos individuais de alguns personagens. Saraiva levantou a hipótese da influência de duas tradições na formação desta maneira particular em se escrever História: influências da cultura visigótica, esta influenciada por modelos greco-romanos, e da cultura árabe. Neste primeiro momento após a publicação da “História Geral da Espanha”, a História se fazia através de uma

¹² GUENÉE, Bernard. Op. Cit. p. 525-528.

¹³ SARAIVA, Antonio José. *Fernão Lopes*. Lisboa: Publicações Europa-América, p. 23.

¹⁴ COELHO COELHO, António Borges. *A revolução de 1383*. Lisboa: Editorial Caminho, 5ª Edição, 1981, p. 47-48.

multiplicidade de fontes, entre os quais estavam os clássicos latinos, canções de gesta, tradições orais e lendas de feitos antigos.¹⁵

A História escrita era um importante instrumento de Poder, pois entre as relações políticas de reinos vizinhos, casas senhoriais e famílias pertencentes à nobreza, as disputas aconteciam tanto no campo de batalha como no campo simbólico. Para António José Saraiva, as crônicas eram uma maneira das grandes casas tornarem seus feitos e serviços conhecidos,¹⁶ pois segundo Fernão Lopes, “*pera ordenar a nua verdade? [...] apegando-nos a ela firme, os claros feitos, dignos de grande lembrança*”.¹⁷ Um cronista representava a posição oficial do grupo ao qual o mesmo estava inserido. O discurso oficial do escritor estava em consonância com a corte ou com as instituições que financiavam a sua obra.

O cronista castelhano Pero Lopez de Ayalla, segundo Don Cayetano Rosell, pode ser considerado historiador, filósofo, poeta e moralista. Como historiador, utilizou como modelo o autor Tito Lívio, autor que escreveu a sua principal obra sobre Roma e que viveu entre 59 a.C. a 17, cuja influência se refletiu na forma da escrita do cronista castelhano, a preocupação com a oralidade¹⁸ do que estava escrito. Para os tempos de Lopez de Ayalla, assim como na análise de qualquer outro escritor, Cayetano Rosell ressalta a importância da contextualização da obra.¹⁹ O Cronista viveu entre 1332 e 1407 e foi funcionário de todos os reis aos quais escreveu. Produziu as crônicas dos monarcas de Castela D. Pedro (1350 – 1369), D. Henrique II (1369 – 1379), D. Juan (1379 – 1390) e D. Henrique III (1390 – 1406). Iniciou a produção de seus escritos na data provável de 1378, período em que D. Henrique II estava no poder e precisava comprovar a legitimação²⁰ da nova dinastia iniciada com o seu reinado após o assassinato de Pedro de Castela.

¹⁵ SARAIVA, Antonio José. Op. Cit. p. 24.

¹⁶ Idem. p. 21.

¹⁷ LOPES, Fernão. *História de uma revolução: Primeira parte da <<Crónica de El-Rei D. João I de Boa Memória>>*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977, p. 85.

¹⁸ SARAIVA, Antonio José. Op. Cit. p. 20. “*Havia um processo de alargar um pouco o âmbito de expansão do livro, que era a leitura em voz alta em pequenos grupos de ouvintes. Por isso os escritores [...] falam muitas vezes como se estivessem dirigindo a auditórios*”.

¹⁹ ROSELL, Don Cayetano. *Cronicas de los Reyes de Castilla: Desde Don Alfonso el Sabio hasta los catolicos Don Fernando y Dona Isabel*. In: *Biblioteca de Autores Españoles: Desde La formacion del lenguaje hasta nuestros dias*. Madrid: Tomo Primero, 1953, p. 08-09.

²⁰ GOMES, Rita Costa. Op. Cit. p. 32. “[...] *terrível evento de grande repercussão em toda a Europa, que foi o assassinato de Pedro de Castela em 1369 às mãos de seu irmão bastardo Henrique, que se reclamava rei e era aliado do monarca de França. A situação de Henrique, no entanto, não era segura. Muitos contestavam a sua legitimidade como governante de Castela*”.

Ayala inicia o proêmio às crônicas dos reis de Castela legitimando a importância em se escrever História, em deixar o passado registrado através da escrita, pois segundo o cronista, *“la memoria de los omes es muy flaca”*.²¹ Concepção de um homem de seu tempo, período em que a tradição oral vinha perdendo legitimidade perante o registro escrito. O cronista castelhano, ainda no proêmio, resgata a autoridade de autores clássicos, sem citar referências diretas, mas exalta que *“los Sabios antiguos fallaron ciertas letras é artes de escrebir, porque las sciencias é grandes fechos que acaescieron em el mundo fuesen escriptos é guardados para los omes de lo saber, é tomar dende buenos exemplos para facer bien”*.²² Nestes trechos transcritos, Lopez de Ayala reforça a sua concepção de História e os modelos pelos quais ele abordará seus personagens. Para o cronista, a arte de escrever e de fazer ciência, de preservar a memória dos bons exemplos, deve ficar a cargo dos “homens de saber”, termo que aparece claramente na crônica e que pode ser considerado o que melhor define os letrados oriundos do medievo.²³

Ainda no proêmio, Ayala discorre sobre seus métodos e a crítica no uso de suas fontes. O cronista reforça o seu compromisso com a verdade tanto dos fatos que o mesmo presenciou como dos que o cronista leu ou ouviu. Na fonte, precisamente o autor fala da veracidade do que “viu”, o que pode ser interpretado de forma ampla, pois Ayala escreveu sobre eventos que observou diretamente e sobre aqueles em que só obteve acesso pela documentação ou pela oralidade. No encerramento ao proêmio, Ayala explicou a forma com que os seus escritos foram ordenados, respeitando a cronologia cristã, com cada capítulo representando um ano do reinado de determinado rei.

E por ende fué despues usado é mandado por los Príncipes é Reyes que fuesen fechos libros, que son llamados Crónicas é Estorias, dó se escribiesen las caballerias, é otras qualesquier cosas que los Príncipes antiguos ficieron [...] asi io mas verdaderamente que pudiere de lo que vi, em lo qual non entiendo decir sinon verdad [...] en este libro terné esta

²¹ AYALA, Pero Lopez de. Crônicas de Los Reyes de Castilla: Don Pedro, Don Henrique II, Don Juan I y Don Henrique III. In: *Biblioteca de Autores Españoles: Desde La formacion del lenguaje hasta nuestros dias*. Madrid: Tomo Primero, 1953, p. 399.

²² Idem. p. 399.

²³ VERGER, Jacques. *Homens e Saber na Idade Média*. Trad: Carlota Boto. Bauru: Edusc, 1999, p. 199-200. Enquanto homens de saber, os cronistas Pero Lopez de Ayala e Fernão Lopes se encaixariam melhor na condição de “intelectuais intermediários”, pois não lhes é comprovado documentalmente um diploma de doutoramento que, segundo Jacques Verger, os homens de saber de primeira grandeza, a maioria eclesiásticos formados na Universidade, deveriam possuir.

*orden que: començaré el Año el Rey regnó segun el Año Del Nascimiento de nuestro Señor Jesus-Christo, é de la Era de Cesar, que se contó em España de grandes tiempos açã, é em cada año partiré la estoria de aquel año por capítulos.*²⁴

Fortemente influenciado por Pero Lopez de Ayala, Fernão Lopes exerceu o cargo de cronista oficial do reino português de 1434 a 1454. Mas foi provavelmente a partir de 1448, ano em que terminou a regência do infante D. Pedro, que Lopes deixou de exercer de fato esta função, pois em 1450 Zurara já assinava a 3ª parte da crônica de D. João I. O rei D. Duarte (1433-1438) encarregou Lopes de historiar os reis portugueses anteriores, de escrever as crônicas contando os principais feitos dos monarcas de Portugal. Segundo José Hermano Saraiva, Lopes foi um homem de saber plebeu e não acadêmico em um período em que as Humanidades passavam por refinamento erudito. O meio social ao qual Lopes veio não pode ser afirmado, pois não há documentação para tal análise, mas o que o cronista escreveu nos dá pistas. Percebe-se que Fernão Lopes era um homem da cidade e não do campo, como também não era nobre. Frequentava a corte portuguesa, espaço em que seus escritos eram divulgados, mesmo público a quem seus contemporâneos, o rei D. Duarte e infante D. Pedro (1439-1448) deixaram obras que bem representavam o próprio grupo (a nobreza, mas uma nova nobreza representada na Dinastia de Avis).²⁵

Fernão Lopes viveu entre 1385 (não há certezas em relação a seu ano de nascimento) e 1460. Escreveu as crônicas de D. Pedro I (1357-1367), D. Fernando (1367-1383) e D. João (1385- 1433). Lopes exercia funções burocráticas no reino português, além de ter sido guarda das escrituras. Tornou-se guarda-mor da Torre do Tombo²⁶ em 1418 no reinado de D. João I. As funções da guarda consistiam na conservação do material existente para utilizar a documentação guardada mediante ordens do rei. Ao assumir o cargo de cronista, já possuía experiência ao lidar com documentos, pois antes mesmo de assumir a função de guarda da Torre, exercia o cargo

²⁴ AYALA, Pero Lopez de. Op. Cit. p. 399-400.

²⁵ SARAIVA, José Hermano. Introdução à leitura de Fernão Lopes. In: *História de uma revolução: Primeira parte da <<Crônica de El-Rei D. João I de Boa Memória>>*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977, p. 05.

²⁶ SARAIVA, Antonio José. Op. Cit. p. 12. “[...] A Torre do Tombo era o arquivo geral do Estado, instalado numa torre do Castelo de Lisboa”

de tabelião²⁷ do reino, profissão que o fazia lidar com cópias de documentos autênticos, certidões e testamentos.²⁸

A fonte relacionada a Fernão Lopes que melhor responde nossa problemática é o prólogo da primeira parte da crônica destinada a D. João I, pois foi nesta introdução que o autor discutiu basicamente sobre as suas finalidades metodológicas. Fernão Lopes inicia o prólogo criticando a ordenação de Histórias feitas sob orientações de senhores e de casas, pois segundo o cronista, tais abordagens eram favoráveis a quem mandou escrever. Para Lopes, este desvio estava ligado à “*mundanal afeição*”²⁹ que os homens possuem em relação ao próprio meio, à própria terra, à própria História. Segundo o cronista, “*ao entendimento do homem [...] havendo de julgar alguma sua cousa, assim em louvor como per contrario, nunca per eles é diretamente recontada*”.³⁰ Em seguida, utiliza o filósofo romano Marco Túlio Cícero para reforçar sua tese: “*E assim parece que o sentiu Túlio, quando veio a dizer: nós não somos nados a nós próprios porque uma parte de nós tem a terra, e outra os parentes*”.³¹ Lopes ressalta que esta parcialidade se deve ao “*juízo do homem acerca de tal terra ou pessoas, recontando seus feitos sempre çopega*”.³²

Mas esta crítica de Lopes era somente a quem falhava em seus julgamentos, a quem deveria possuir um compromisso com a verdade e não o fazia por ter os vínculos descritos acima. Pois, ao nível do povo,³³ o que se verifica na obra de Lopes é a defesa ao enraizamento a uma terra. Segundo António José Saraiva, Lopes escreve sobre um povo que defende os seus bens, a sua terra e o seu trabalho contra os estrangeiros que chegam com as guerras. A luta do povo português seria contra os castelhanos e contra os portugueses aliados à Castela. Portanto, a voz que Fernão Lopes ouve ao povo em seus escritos está relacionada a uma perspectiva militar e política.³⁴

²⁷ Idem. p. 13. “*Dentro do particularismo característico da Idade Média [...] cada tabelião trabalhava dentro de uma área determinada, geralmente um conselho; havia, porém, alguns que alcançavam o privilégio muito rendoso de exercerem a profissão em qualquer área do País por onde quer que passassem. A estes chamava-se <<tabeliães gerais>>. Fernão Lopes pertencia a esta categoria privilegiada de notários.*”

²⁸ Idem. p.12.

²⁹ LOPES, Fernão. Op. Cit. p. 84.

³⁰ Idem. P. 84.

³¹ Idem. p. 84.

³² Idem. P. 84.

³³ BEIRANTE, Maria Ângela. *As Estruturas Sociais em Fernão Lopes*. Livros Horizonte, 1984, p. 90. “*Povo, ou povos parecem ter, em grande parte dos casos, um sentido lato, correspondente a todo o conjunto da população do reino, aos súbditos. Mas, pelo contexto, deduzimos que, em vários casos, tal expressão tem um sentido restrito, circunscrevendo-se somente ao 3º estado, isto é, aqueles que trabalham e pagam impostos*”.

³⁴ SARAIVA, Antonio José. Op. Cit. p. 36-37.

Após esta introdução, criticando estes vínculos que levavam à parcialidade, o cronista transporta estas particularidades para os conflitos envolvendo os reinos de Portugal e Castela entre 1385 e 1388, período em que reinava em Portugal o rei D. João I e em Castela o rei D. Juan. Os reinos ibéricos se enfrentaram na batalha de Aljubarrota em 1385, com vitória portuguesa. Desmembramentos deste conflito se estenderam até 1388, pois Portugal procurou reconquistar as cidades e vilas que ainda obedeciam ao rei castelhano.³⁵ Fernão Lopes utilizou este conflito envolvendo Portugal e Castela para reforçar a idéia de que a História subordinada a determinado “partido” estaria ao campo da “mundanal afeição”.³⁶

*Esta mundanal afeição fez a que alguns historiadores que os feitos de Castella com os de Portugal escreveram, posto que homens de boa autoridade fossem, desviar da direita estrada e correr per semideiros escusos [...] e especialmente no grande desvairo que o mui virtuoso rei de boa memória D. João, cujo regimento e reinado se segue, houve com o nobre e poderoso rei D. João de Castela, poendo parte de seus bons feitos fora do louvor que mereciam e emadendo em alguns outras da guisa que não aconteceram.*³⁷

Fernão Lopes assumiu um compromisso com a História verdadeira, embasando os seus escritos com as autoridades que em sua época representavam a “autoridade”. Pelas palavras do cronista, “nosso desejo foi em esta obra escrever verdade sem outra mistura”.³⁸ Na passagem seguinte, Lopes ressalta que poderia errar, mas que o maior erro seria afirmar ser verdadeiro aquilo que é falso. O termo que Lopes utiliza para caracterizar a sua crônica é “certidão das histórias”,³⁹ ficando evidente que a sua verdadeira intenção (ao menos a intenção que deixou transparecer em seus escritos) foi o seu compromisso com a veracidade dos fatos.

E nós, engando per ignorância de velhas escrituras e desvairados autores, bem podíamos, ditando, errar, porque, escrevendo homem do que não é certo, ou contará mais curto do que foi, ou falará mais largo do que deve. Mas mentira em este volume é muito afastada da nossa vontade. [...] Mas nós, não curando de seu juízo, leixados os compostos e afeitados

³⁵ SOUZA, Armindo. 1325-1480. In: *História de Portugal: A Monarquia Feudal*. Lisboa: Editorial Estampa, 2ª edição, 1997, p. 417.

³⁶ LOPES, Fernão. Op. Cit. p. 84.

³⁷ Idem. p. 84.

³⁸ Idem. p. 85.

³⁹ Idem. p. 85.

*razoamentos que muito deleitam aqueles que ouvem, antepoemos a simples verdade que a afremosentada falsidade. [...] antes nos calaríamos que escrever cousas falsas.*⁴⁰

O cronista, ao começar o prólogo de sua terceira obra, estava legitimando toda a construção que havia empreendido e que iria empreender. Mesmo não sendo um homem de “*fremosura e novidade de palavras*”,⁴¹ conseguiu ordenar em suas obras uma síntese entre a documentação que obteve acesso e as lendas acerca dos personagens analisados. O escritor, no prólogo da crônica de D. João, reafirmando a sua intenção em escrever uma História, uma crônica, produziu uma construção dos personagens que analisou para determinados fins políticos. Fernão Lopes foi funcionário dos reis D. Duarte, infante D. Pedro e D. Afonso V e escreveu suas crônicas para legitimar os monarcas que estavam ligados ou faziam parte da Dinastia de Avis. Seu modelo em relação às categorias sociais analisadas era o régio, mas de inspiração nobiliárquica. Sua audiência estava na corte e apreciava uma literatura que servia de espelho para seus costumes a distinguindo em relação a outros grupos.

Para concluir, verificamos que tanto Pero Lopez de Ayala como Fernão Lopes, como “homens de saber”, escreveram seus textos de acordo com a época em que estavam inseridos. Período conturbado em ambos os reinos, estes inseridos em uma conjuntura maior de Guerra dos Cem Anos e Grande Cisma do Ocidente. Ressaltamos que a intenção dos autores aqui analisados era em escrever uma História, em ordenar os fatos verdadeiros, de forma imparcial, seguindo uma cronologia baseada no cristianismo. O resultado a que eles chegaram, em termos críticos, deve ser analisado em uma conjuntura mais ampla, sem esquecer que fatores como o discurso oficial do grupo que encomendou a obra e do grupo que recebeu a mesma influenciavam diretamente o conteúdo e o modo a que os fatos históricos eram apresentados. O que pretendemos neste texto foi apresentar alguns aspectos metodológicos do gênero cronístico peninsular em um contexto político que influenciou diretamente os escritos, mas sem, no entanto, ter a pretensão de esgotar o assunto, pois acreditamos que este campo de pesquisa continua fecundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

⁴⁰ Idem. p. 85.

⁴¹ Idem. p. 85.

1. Fontes documentais

LOPES, Fernão. *História de uma revolução: Primeira parte da <<Crónica de El-Rei D. João I de Boa Memória>>*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977.

AYALA, Pero Lopez de. Crónicas de Los Reyes de Castilla: Don Pedro, Don Henrique II, Don Juan I y Don Henrique III. In: *Biblioteca de Autores Españoles: Desde La formacion del lenguaje hasta nuestros dias*. Madrid: Tomo Primero, 1953.

2. Fontes Bibliográficas

COELHO, António Borges. *A revolução de 1383*. Lisboa: Editorial Caminho, 5ª Edição, 1981.

FERNANDES, Fátima Regina. *Considerações sobre o poder régio e a nobreza na Baixa Idade Média portuguesa*. Curitiba: Revista da SBPH, nº 23, 2002.

GOMES, Rita Costa. *D. Fernando*. Editora: Temas e Debates, 2009.

GRZYBOWSKI, Lukas Gabriel. *A imagem do rei nas crônicas de Fernão Lopes*. Assis: Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP, 2006.

GUENÉE, Bernard. História. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval: Volume 1*. Trad: Lênia Márcia Mongelli. São Paulo: Edusc, 2002.

MATTOSO, José. *A Escrita da História: Teoria e Métodos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

MONTEIRO, João Gouveia. *Fernão Lopes: texto e contexto*. Coimbra: Editora Minerva-história, 1988.

PIMENTA, Cristina. *D. Pedro I*. Editora: Temas e Debates, 2007.

ROSELL, Don Cayetano. Crónicas de los Reyes de Castilla: Desde Don Alfonso el Sabio hasta los católicos Don Fernando y Dona Isabel. In: *Biblioteca de Autores Españoles: Desde La formacion del lenguaje hasta nuestros dias*. Madrid: Tomo Primero, 1953.

SARAIVA, Antonio José. *Fernão Lopes*. Lisboa: Publicações Europa-América.

SARAIVA, José Hermano. Introdução à leitura de Fernão Lopes. In: *História de uma revolução: Primeira parte da <<Crónica de El-Rei D. João I de Boa Memória>>*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977.

SOUZA, Armindo. 1325-1480. In: MATTOSO, José. *História de Portugal: A Monarquia Feudal*. Lisboa: Editorial Estampa, 2ª edição, 1997.

VERGER, Jacques. *Homens e Saber na Idade Média*. Trad: Carlota Boto. Bauru: Edusc, 1999.